

Discurso de Posse da Nova Presidente do Tribunal de Justiça

Senhoras e senhores,

Não sou de muitas palavras e confesso que sou mais de fazer do que de falar. Por isso, pretendo ser breve e objetiva em minhas palavras.

Primeiramente agradeço aos colegas Desembargadores que me confiaram seus votos, elegendo-me para exercer o honroso encargo de presidir o egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, nos próximos dois anos, assegurando-lhes, neste momento, o compromisso que acabei de prestar, no sentido de desempenhar essa nova função com dignidade e estrita observância aos preceitos constitucionais e à legislação vigente.

Assim, consciente da tranqüilidade e previsibilidade que, a meu sentir, devem nortear as sucessões na Administração Pública, principalmente no Judiciário, devo registrar que não pretendo reinventar o que já está funcionando, mas adotar providências para que a máquina administrativa tenha seu curso regular, sem sobressaltos e alegorias, apenas com a simplicidade e a eficácia que a legislação preconiza, pois tudo que a sociedade almeja é uma justiça célere e eficiente, e isto, nada mais é do que a própria razão de existir do Poder Judiciário – **a promoção da Justiça!**

Estou convicta de que é preciso estabelecer e cumprir as rotinas administrativas que são indispensáveis à agilização dos atos de ofício e aquelas inerentes à entrega da prestação jurisdicional, no sentido de torná-la mais efetiva e justa.

Eleger as prioridades que são inerentes à atividade jurisdicional é imprescindível. Ninguém tem direito de dispor dos recursos públicos de forma irresponsável, sem um planejamento adequado.

A tônica desta gestão será utilizar os recursos públicos com racionalidade, otimizando a disponibilidade orçamentária de modo a atender todas as necessidades, sem desperdícios, restringindo os novos investimentos aos empreendimentos que se mostrem absolutamente indispensáveis à atividade fim do Poder Judiciário.

Muito já foi feito nas administrações anteriores. Muito ainda temos por fazer.

É por isso que pretendo, nesta nova gestão, contando com a colaboração de todos os membros da Corte, dos magistrados, dos servidores, dos

advogados e membros do Ministério Público, buscar a solução de alguns destes problemas, sem a pretensão de resolver todos.

Sabemos que as deficiências do Poder Judiciário remontam ao início do século passado, as quais foram se acumulando em sucessivas décadas de atraso e abandono. Obviamente, não será nos próximos dois anos que todas serão resolvidas. Não por falta de vontade, mas, pela consciência de que devemos nos pautar por uma administração responsável e comedida, em observância a legalidade e aos limites orçamentários.

Nossas ações seguirão no mesmo compasso das ações desenvolvidas em âmbito nacional, afinal somos um único Poder Judiciário no Brasil, e neste contexto, é importante observar as metas traçadas pelo CNJ, sempre que elas coadunarem com os preceitos da Lei Orgânica da Magistratura Nacional e estiverem em sintonia com o Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça, com vistas a modernização dos mecanismos de gestão que resultarão em uma melhor prestação jurisdicional, a curto e médio prazos.

Três frentes são essenciais para que o Judiciário cumpra sua missão:

1° - Modernização tecnológica: agilizar a virtualização dos processos é meta que se impõe para uma prestação jurisdicional mais rápida e eficaz, garantindo que magistrados e servidores tenham ferramentas modernas no desempenho de suas relevantes funções, desburocratizando e a padronizando procedimentos;

2° - Adequação infraestrutura física: promover melhorias estruturais, considerando ser fundamental a existência de instalações físicas dignas e apropriadas ao desenvolvimento das atividades jurisdicionais, promovendo a acessibilidade social;

3° - Valorização dos Servidores e Magistrados: qualificar e valorizar os servidores e magistrados como fator catalisador e humanizador, uma vez que, sem a força humana, adequadamente preparada, nenhuma tecnologia pode funcionar, nenhum prédio terá utilidade e nenhum serviço público poderá ser realizado com qualidade.

É evidente que para que todas essas ações sejam possíveis será necessário equacionarmos os recursos. AUSTERIDADE será palavra de ordem na utilização dos recursos disponíveis.

De forma que, mesmo não tendo nenhuma proposição bombástica, quero deixar a todos uma mensagem de otimismo quanto a essa gestão: “nossa atuação, enquanto gestora da coisa pública, será pautada no equilíbrio das decisões, na valorização dos magistrados, no respeito aos servidores e jurisdicionados, na tranquilidade e transparência das ações e, principalmente, na busca incessante da confiança e da credibilidade institucional.”

Tenho consciência de que serão muitos os desafios, mas empenho e dedicação não me faltarão para buscar o fortalecimento do Poder Judiciário do Estado do Tocantins.

Sim, teremos muito trabalho e grandes obstáculos a vencer, mas tenho fé em Deus; confio no apoio dos meus pares; na colaboração dos magistrados; e , principalmente , na determinação de todos os servidores que faremos uma gestão pautada nos princípios da moralidade, seriedade e transparência.

Abro aqui um parênteses para cumprimentar o Desembargador Gadotti. Quis o destino reunir, pela primeira vez, uma Presidente oriunda do 5º constitucional a um Vice Presidente oriundo da magistratura, permitindo assim, que sejam agregadas experiências de carreiras correlatas para desempenharmos essa função com esmero e sabedoria. Não podemos errar. E, tenho certeza, não erraremos se pudermos contar com o apoio de cada membro desta Corte.

É preciso que os caminhos sejam percorridos com o objetivo de juntos resgatarmos a credibilidade do Poder Judiciário. Parafraseando o Ministro Humberto Gomes de Barros “precisamos consolidar este Tribunal como líder e fiador da Segurança Jurídica.” E eu acrescento: Temos, em nossas mãos, a responsabilidade e o compromisso com o futuro desta instituição, que hoje representamos.

Conclamo a MAGISTRATURA, A DEFENSORIA PÚBLICA, a OAB e o MINISTÉRIO PÚBLICO para juntos darmos uma resposta satisfatória a essa demanda, por justiça, que a sociedade tem manifestado, e a resposta esperada é a presteza na prestação jurisdicional.

Acredito, Senhor Governador, que os três pilares que representam a democracia atuarão de forma harmônica, independente e respeitosa, possibilitando o exercício pleno da cidadania.

Seriedade e respeito às leis, aos magistrados, aos servidores e à população são compromissos desta gestão.

Que Deus nos ilumine! E Nossa Senhora nos proteja!

Jacqueline Adorno de La Cruz Barbosa
Presidente do Tribunal de Justiça do Tocantins